

Ministério do Meio Ambiente



**Projeto Nacional de Ações Integradas
Público-Privadas para Biodiversidade**

Probio II

Fevereiro 2008

Histórico

A Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB é um dos principais resultados da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - CNUMAD (Rio 92), realizada no Rio de Janeiro, em junho de 1992. É um dos mais importantes instrumentos internacionais relacionados ao meio-ambiente e funciona como um guarda-chuva legal/político para diversas convenções e acordos ambientais mais específicos. A CDB é o principal fórum mundial na definição do marco legal e político para temas e questões relacionados à biodiversidade.

A Convenção sobre Diversidade Biológica tem como pilares a conservação da diversidade biológica, a utilização sustentável de seus componentes e a repartição justa e eqüitativa dos benefícios derivados do uso dos recursos genéticos.

O Brasil tem, portanto, uma responsabilidade especial em relação à Convenção, já que é portador da maior biodiversidade do mundo e a missão da conservação e do uso sustentável deste legado envolve grandes dificuldades em termos de desenvolvimento científico e tecnológico e de recursos financeiros.

O Brasil foi o primeiro país a assinar a CDB (Instrumento de Ratificação) e vem implementando os compromissos assumidos por meio de diferentes instrumentos como o Projeto Estratégia Nacional da Diversidade Biológica, cujo principal objetivo foi a formalização da Política Nacional da Biodiversidade; a formulação do Programa Nacional da Diversidade

Biológica - PRONABIO,
q u e



viabiliza as ações propostas pela Política Nacional; e o Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira - PROBIO. A Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF), por meio da Diretoria de Conservação da Biodiversidade (DCBio) é o ponto focal técnico da Convenção sobre Diversidade Biológica no país.

Para implementar os compromissos assumidos pelo Brasil junto à CDB, foi instituído no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, por meio do Decreto 1.354, de 29 de dezembro de 1994, o Programa Nacional da Diversidade Biológica (PRONABIO) que objetiva, em consonância com as diretrizes e estratégias da Convenção e da Agenda 21, promover parceria entre o poder público e a sociedade civil na conservação da diversidade biológica, na utilização sustentável de seus componentes e na repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes do uso de recursos genéticos.

As duas primeiras grandes iniciativas do PRONABIO foram o estabelecimento, em parceria com o Fundo Mundial para o Meio Ambiente - GEF, de dois mecanismos de financiamento: um projeto de financiamento governamental, o Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (PROBIO) e um fundo privado, o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO). O PROBIO objetivava identificar ações prioritárias e implementá-las por meio de subprojetos que promovessem parcerias entre os setores públicos e privados, gerando e divulgando informações e conhecimentos sobre biodiversidade. O FUNBIO, por sua vez, é o maior fundo de biodiversidade já estabelecido em qualquer país e é o primeiro entre os fundos de biodiversidade a integrar completamente o setor privado.

Para resgatar os compromissos assumidos pelo País, especialmente no âmbito internacional, foram desenvolvidas estratégias, políticas, planos e programas nacionais de biodiversidade. Para tanto, e



com base nos termos da CDB e na legislação nacional vigente sobre o tema, foi instituído, em 2002, por meio do Decreto nº 4.339, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, os princípios e as diretrizes para implementar a Política Nacional de Biodiversidade.

Com a finalidade de coordenar, acompanhar e avaliar as ações do PRONABIO, foi editado, em 2003, o Decreto nº 4.703, criando a Comissão Nacional de Biodiversidade (CONABIO), que tem como competência, entre outras, coordenar a elaboração da Política Nacional da Biodiversidade e promover a implementação dos compromissos assumidos pelo Brasil junto a CDB.

Estes avanços demonstram claramente a importância e a adequação deste tema para o Brasil. Nosso País vem tomando medidas decisivas em relação à implementação das políticas nacionais voltadas para a conservação e a utilização sustentável da biodiversidade. Entre os países ricos em recursos biológicos, conhecidos e identificados como centros de megadiversidade, o Brasil ocupa posição de destaque, apresentando-se com uma responsabilidade absolutamente primordial, em nível nacional e mundial. Da mesma forma, o Governo Brasileiro reconhece que existe a necessidade de ações urgentes, concretas e permanentes para que o quadro de degradação da biodiversidade possa ser revertido.

O enorme esforço que vem sendo empreendido pelo Brasil para a implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica, com ênfase para as recentes e decisivas ações relacionadas à ampliação das áreas legais para a conservação da biodiversidade, à promoção da utilização sustentável dos recursos

genéticos e os avanços logrados na aprovação de políticas voltadas ao acesso e à repartição de benefícios derivados do uso desses recursos, fez com que a CDB não tivesse dúvidas em aprovar que o Brasil fosse a sede da 8ª Conferência das Partes da Convenção, realizada em Curitiba, em março de 2006.

Após estabelecer os mecanismos oficiais para implementar a Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB, o Brasil pode encarar o desafio de tratar a biodiversidade nacional de forma unificada e transversal.

O Probio II

Nesta nova etapa da organização do setor de gestão da biodiversidade, devem ser superadas as fronteiras entre territórios sob gestão ecológica (ambiental) e as paisagens sobre controle de setores econômicos geradores de impactos ambientais negativos em larga escala, para que sejam convertidas em territórios sustentáveis.

O Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para Biodiversidade – PROBIO II - é o marco por meio do qual se pretende impulsionar a transformação dos modelos de produção, consumo e de ocupação do território nacional, começando com os setores de agricultura, ciência, pesca, florestas e saúde.



Este Projeto será executado por uma parceria estabelecida entre o Ministério do Meio Ambiente - MMA, o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO e a Caixa Econômica Federal - CAIXA. Para sua implementação, também foram estabelecidas parcerias estratégicas com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, o Ministério da Saúde - MS, o Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT, a Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa. Outros setores, tais como a energia, a mineração e os transportes também foram incluídos nas discussões preliminares, e espera-se que sejam integrados ao Projeto em seus estágios iniciais de execução.

O Brasil já possui uma considerável gama de experiências e instrumentos que estimulam e viabilizam o alcance dos três objetivos da CDB: conservação, uso sustentável e repartição eqüitativa dos benefícios advindos do uso da biodiversidade. A magnitude das ações realizadas até o momento é bastante ampla, abrangendo desde o Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira – PROBIO, a Estratégia Nacional da Política Nacional da Biodiversidade, o Programa de Pequenos Projetos – PPP até o Programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA, demonstrando o amadurecimento



institucional, capacidade e comprometimento em evitar o esgotamento dos recursos naturais.

Ao longo da implementação da CDB no Brasil entre 1992 e hoje, parcerias nacionais e internacionais envolveram governo, iniciativa privada e sociedade civil nos esforços de demonstrar a viabilidade de uma abordagem amplamente integrada ao uso dos componentes da biodiversidade. Com o sucesso das iniciativas, foi possível estabelecer uma rede de agentes engajados na implementação da Convenção e preparar o país para uma nova fase nesse processo, uma fase de integração e potencialização dos resultados alcançados.

O Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para Biodiversidade – Probio II - foi desenhado para integrar e potencializar as iniciativas em curso no país, devendo ser realizado ao longo de seis anos.

O Projeto será apoiado financeiramente com US\$ 22 milhões do Fundo Mundial para o Meio Ambiente - GEF além de US\$ 75 milhões de contrapartida, tanto de fontes governamentais quanto do setor privado.

Objetivos, Componentes e Sub-componentes

Os objetivos do Projeto são promover a priorização e a integração da conservação e uso sustentável da biodiversidade (transversalização) nas principais estratégias de planejamento e práticas dos setores público e privado em nível nacional, consolidar e fortalecer a capacidade institucional para produzir e disseminar informações e conceitos relevantes sobre a biodiversidade.

Três indicadores irão mensurar o progresso deste objetivo:

- Pelo menos três setores governamentais devem incorporar critérios e parâmetros ligados à biodiversidade em seus planos e políticas até o sexto ano do Projeto.

- . Deve haver o atendimento de pelo menos 16 das 50 metas nacionais quantitativas estabelecidas para o Brasil como parte das metas da CDB para 2010, mensurado por um conjunto estratégico de indicadores de monitoramento.
- . Pelo menos um milhão de hectares de paisagens afetadas sob regime de conservação e uso sustentável nas “Áreas Prioritárias para a Biodiversidade” no sexto ano do Projeto.

Três resultados intermediários são esperados do Projeto e estes devem contribuir para o alcance do objetivo do mesmo. Estes resultados estão relacionados com os três componentes técnicos do Projeto e são:

- . Conservação e uso sustentável da biodiversidade incorporados em setores selecionados do governo;
- . Conservação e uso sustentável da biodiversidade incorporados no planejamento estratégico e práticas dos setores privados selecionados; e
- . Rede das principais instituições brasileiras que trabalham com temas relacionados com biodiversidade consolidada e coordenada, produzindo informações relevantes para o desenvolvimento e implementação de políticas de integração e priorização da biodiversidade.

O Acordo de Doação TF 91515 firmado entre o Banco Mundial, CAIXA e FUNBIO é o instrumento legal que viabilizará a implementação do Projeto.

O projeto será coordenado pelo MMA por meio da Secretaria de Biodiversidade e Florestas – SBF, a Caixa Econômica Federal será o agente financeiro que viabilizará esta implementação e o FUNBIO será responsável por levar o projeto ao setor privado.

O projeto será executado por parte dos parceiros do projeto e também de modo descentralizado por meio da implementação de subprojetos a serem selecionados de acordo com o especificado em editais que serão lançados com esta finalidade. Para a viabilização da execução destes subprojetos será necessária a celebração de contratos de repasse entre a Caixa Econômica Federal e as instituições proponentes selecionadas.

Um Comitê de Coordenação do Projeto será constituído para realizar a supervisão geral do Projeto e este será integrado por representantes dos parceiros do PROBIO II, presidido pelo MMA e co-presidido pela CAIXA e FUNBIO. A CONABIO deverá desempenhar um papel consultivo no Projeto fornecendo recomendações sobre prioridades e políticas e orientações para sua implementação.

Os valores (em milhares de US\$) envolvidos na execução do Projeto estão assim distribuídos:

Componente e Sub-componente.	Governo Brasileiro	GEF	Total	%
<i>1. Priorização da Biodiversidade em Setores Governamentais</i>	<u>25.000</u>	<u>8.000</u>	<u>33.000</u>	<u>34,02</u>
<i>1.1 - Planejamento e aperfeiçoamento de Políticas Públicas setoriais e de Instrumentos de Políticas</i>	1.500	400	1.900	1,96
<i>1.2 - Ações setoriais com incorporação de biodiversidade aplicadas em âmbito nacional</i>	23.500	7.600	31.100	32,06
<i>2. Priorização da Biodiversidade no Setor Privado</i>	<u>22.500</u>	<u>7.500</u>	<u>30.000</u>	<u>30,93</u>
<i>2.1. Subprojetos territoriais para transversalização</i>	18.000	6.000	24.000	24,74
<i>2.2. Melhores práticas e inovações produtivas e de gerenciamento</i>	1.250	250	1.500	1,55
<i>2.3. Coordenação e gerenciamento do Fundo de Oportunidades</i>	1.250	250	1.500	1,55
<i>2.4. Administração, monitoramento e avaliação do Componente 2</i>	2.000	1.000	3.000	3,09
<i>3. Fortalecimento Institucional e Geração de Informação sobre Biodiversidade para a Formulação de Políticas</i>	<u>25.000</u>	<u>6.500</u>	<u>31.500</u>	<u>32,47</u>
<i>3.1. Fortalecimento Institucional</i>	16.000	4.000	20.000	20,62
<i>3.2. Gestão de Informação sobre Biodiversidade</i>	9.000	2.500	11.500	11,86
<i>4. Coordenação e Gerenciamento do Projeto</i>	<u>2.500</u>	-	<u>2.500</u>	<u>2,58</u>
<i>4.1. Coordenação, monitoramento e avaliação</i>	500	-	500	0,55
<i>4.2. Estratégias de disseminação e comunicação</i>	1.000	-	1.000	1,10
<i>4.3. Administração financeira no setor Público</i>	1.000	-	1.000	1,10
Custo Total do Projeto	75.000	22.000	97.000	100,00

A descrição detalhada de cada um dos componentes do projeto encontra-se a seguir:

Componente 1: Priorização da Biodiversidade em Setores Governamentais

O objetivo deste componente é implementar satisfatoriamente a Política Nacional da Biodiversidade e promover a priorização e integração da conservação e do uso sustentável da biodiversidade em atividades governamentais de diferentes setores econômicos. Cada iniciativa de priorização e integração seguirá quatro passos: 1) consolidação da informação existente (avaliação dos problemas e gargalos e soluções alternativas); 2) construção de consenso com os interessados (análises dos problemas e das melhores soluções); 3) desenvolvimento das soluções escolhidas (métodos e procedimentos); 4) implementação das soluções escolhidas em áreas selecionadas. Esta abordagem é baseada na experiência do PROBIO e outros programas federais. A idéia é revelar oportunidades claras e de larga-escala com estratégias unificadoras que enfrentem a necessidade de priorização e integração da conservação e do uso sustentável da biodiversidade e que contêm com o apoio de interessados relevantes – o único meio de fazer diferença na escala em que este Projeto estará trabalhando.

Este componente irá trabalhar com os setores de saúde, recursos hídricos, florestas, pesca e agricultura, bem como com setores que utilizam ou que têm grande impacto sobre a biodiversidade. Os setores adicionais a serem incorporados ao Projeto serão selecionados baseando-se em análises sobre o atual e o potencial impacto sobre a biodiversidade, potencial de transversalidade da conservação da biodiversidade, disponibilidade de recursos financeiros e compromisso com o Projeto.

As ações previstas nas políticas, programas, projetos e planos de desenvolvimento serão testadas

e validadas em campo, no todo ou em parte, de acordo com as suas exigências técnicas e financeiras, por meio de projetos-piloto (subprojetos) que possibilitarão que as ações recomendadas tenham suas eficácias avaliadas. Claramente, a eficiência das ações dependerá da adesão voluntária dos moradores/produtores às ações propostas.

Somente após o desenvolvimento da estratégia descrita será possível definir os locais de atuação dos subprojetos, mas como ponto de partida espera-se que pelo menos um projeto-piloto seja desenvolvido em cada um dos biomas brasileiros. Antecipa-se que as ações desenvolvam-se em áreas onde haja conflitos entre os interesses da área ambiental e das áreas que impactam a biodiversidade, o que provavelmente não deve ocorrer dentro de áreas protegidas (terras indígenas e unidades de conservação). Este componente será executado por meio de dois sub-componentes: i) Planejamento e aperfeiçoamento de políticas públicas setoriais e de instrumentos de políticas, e ii) Ações setoriais com incorporação de biodiversidade aplicadas em âmbito nacional.



Componente 2: Priorização da Biodiversidade no Setor Privado

O objetivo deste componente é incorporar a conservação e o uso sustentável da biodiversidade no planejamento e nas práticas de setores-chave do setor privado. Este objetivo será alcançado por meio da criação e manejo de um Fundo de Oportunidades, alojado e gerenciado pelo FUNBIO. Este Fundo irá apoiar iniciativas de priorização da biodiversidade no setor privado que serão resultantes da avaliação das propostas recebidas (ou induzidas) de subprojetos e que visem realizar a priorização da biodiversidade em paisagens regionais produtivas. O Fundo de Oportunidades será direcionado para o financiamento de subprojetos integrados em paisagens produtivas de larga escala. Embora o GEF, inicialmente, apóie o Fundo é esperado que este com o tempo seja ampliado com base nos investimentos e doações de novas fontes, bem como pelo retorno dado pelos



subprojetos apoiados, de modo a permitir replicações de novos subprojetos em novas paisagens produtivas e em outros setores econômicos.

Uma estratégia de priorização de biodiversidade será desenvolvida pelo FUNBIO com base em análises sócio-econômicas e ambientais do território, com ênfase na identificação e qualificação das atividades produtivas e suas relações com a biodiversidade regional e fontes de recursos naturais. Adicionalmente, será dada atenção à identificação de setores econômicos líderes, agentes, agregação de valor a cadeias produtivas, aglomerações, arranjos produtivos ou produtos que possam atender ao propósito de “direcionar” e “liderar” o processo de priorização da biodiversidade na região. Os subprojetos serão desenvolvidos de forma coordenada e com a participação de setores públicos relevantes.

A promoção de estratégias e políticas no setor privado que apoiem a conservação da biodiversidade se dará por meio de





Foto: Gláucia Jordão Zerbini

trabalho junto a grupos produtivos, associações, cooperativas, câmaras de comércio e grandes firmas e em coordenação com as iniciativas existentes com objetivos similares. Este foco em políticas e estratégias permitirá que este componente tenha um impacto mais amplo do que projetos individuais poderiam ter. As iniciativas implementadas neste componente serão apoiadas por uma Base de Conhecimento a ser criada para promover a transversalidade da biodiversidade em paisagens regionais e em setores produtivos privados. Essa Base avaliará o potencial de transversalidade da biodiversidade em paisagens por meio da análise da importância da biodiversidade e das estruturas produtivas locais, bem como deverá estimular os incentivos econômicos para promover a transversalidade no setor privado e mobilizar e disseminar inovações tecnológicas e as melhores práticas. Este componente será executado por meio de quatro sub-componentes: i) Subprojetos territoriais de transversalidade; ii) Melhores práticas e inovações de produção e de gerenciamento; iii) Coordenação e gerenciamento do Fundo de Oportunidades; e iv) Administração, monitoramento e avaliação do Componente 2.

Componente 3: Fortalecimento Institucional e Geração de Informação sobre Biodiversidade para a Formulação de Políticas

São dois os objetivos deste componente. Primeiramente, o Projeto trabalhará para promover a capacitação técnica, institucional e organizacional das instituições responsáveis pelo desenvolvimento e implementação de políticas relacionadas à biodiversidade no Brasil. Serão estabelecidos os mecanismos de coordenação entre essas instituições, o que deve permitir a efetiva priorização e integração da conservação e uso sustentável da biodiversidade em outras áreas econômicas. O outro objetivo deste componente é promover a produção e troca de informações sobre biodiversidade, o que subsidiará a formulação de políticas públicas e o desenho de

projetos em todos os setores, apoiará a priorização e integração da conservação e uso sustentável da biodiversidade das atividades em setores econômicos selecionados e facilitará o monitoramento do progresso em direção aos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, como as metas de 2010 da CDB. Estes dois objetivos estão intimamente ligados, uma vez que a geração de informações relevantes requer instituições mais fortalecidas e melhor coordenadas e que a informação produzida sirva para fortalecer a capacidade dos setores relacionados à gestão da biodiversidade, especialmente, os relacionados à formulação de políticas.

Uma das tarefas principais será estabelecer um Instituto Virtual Brasileiro da Biodiversidade que deverá ser um “centro de informações” que permita às instituições participantes partilhar informações, colaborar nos trabalhos e criar sinergias. Este Instituto mobilizará capacidades entre as várias organizações envolvidas na conservação, uso sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade e facilitará a implementação das políticas e ações. É esperado que o Instituto desempenhe um considerável papel em apoiar a consolidação do complexo e diverso setor de biodiversidade no Brasil que este se torne auto-suficiente ao juntar as capacidades das entidades participantes para prover serviços relacionados à biodiversidade para projetos e programas que estejam sendo implementados por outros setores.

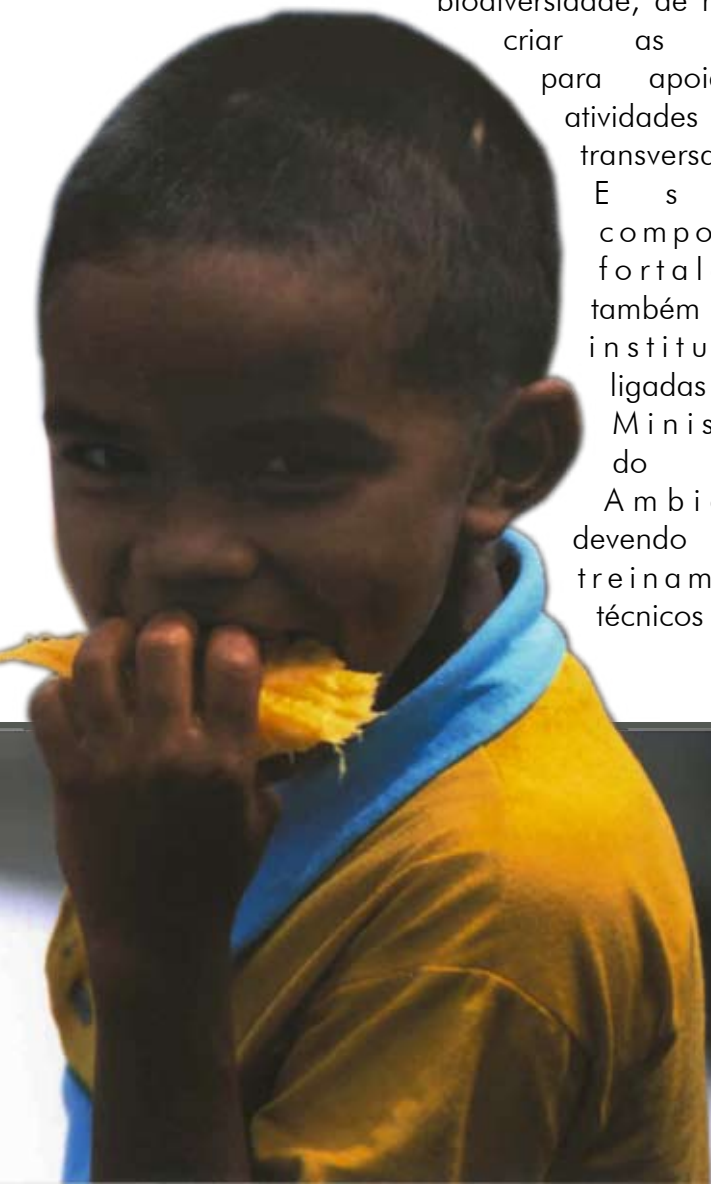
O Projeto apoiará também a criação do Centro Brasileiro para Monitoramento e Prognósticos da

Biodiversidade que fornecerá informações sobre o monitoramento da biodiversidade e a formulação de prognósticos sobre a mesma voltados para as iniciativas governamentais de conservação da biodiversidade. O Centro tanto deverá gerar os dados de monitoramento da biodiversidade em nível nacional quanto utilizar-se dos dados existentes em outras instituições que produzam informações complementares e também integrará e fornecerá informações para o Instituto Virtual Brasileiro da Biodiversidade.

Uma atenção especial será dada para a capacitação dentro das instituições que ainda não tenham previamente trabalhado com o tema biodiversidade, de modo a

criar as bases para apoiar as atividades de transversalidade.

Este componente fortalecerá também as instituições ligadas ao Ministério do Meio Ambiente, devendo ocorrer treinamentos técnicos e



administrativos para técnicos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, do Instituto Chico Mendes e de outras instituições responsáveis pela conservação e manejo de espécies.

Este componente promoverá a produção e a troca de informações sobre a biodiversidade, que subsidiará as decisões políticas e o desenho de projetos em todos os setores, apoiará as atividades de priorização e integração da conservação e uso sustentável da biodiversidade em setores econômicos selecionados e também facilitará a continuidade do progresso do atendimento dos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, como os alvos da CDB para 2010. Suas atividades procurarão coordenar, ao invés de duplicar, as redes nacionais e internacionais existentes, a fim de complementar os fluxos e os sistemas de retro-alimentação de informações. O PROBIO II trabalhará para padronizar indicadores e procedimentos e terá uma estratégia para disseminação das informações para os setores públicos e privados.

Por fim, deve promover o monitoramento da biodiversidade em nível nacional, avaliando o progresso para o



atendimento das metas da CDB, as tendências na composição e nos níveis da biodiversidade, as causas principais da perda da biodiversidade, a sustentabilidade da produção e do consumo, as espécies ameaçadas de extinção e a eficácia da conservação sendo que o monitoramento objetiva contribuir com informações críticas, em tempo real, para subsidiar as discussões das políticas e das práticas em todos os setores, para informar a comunidade científica global e contribuir com as responsabilidades do Brasil junto à CDB. Muito deste monitoramento será realizado pelo Centro Brasileiro para Monitoramento e Prognósticos da Biodiversidade e por instituições integrantes do Instituto Virtual Brasileiro da Biodiversidade. O componente será executado em dois sub-componentes: i) Fortalecimento institucional; e ii) Gerenciamento da informação sobre biodiversidade.



Componente 4: Coordenação e Gerenciamento do Projeto

Este componente apoiará as outras atividades do Projeto, assegurando a execução, a supervisão, a coordenação e a administração eficientes. São incluídas neste componente todas as atividades relacionadas ao gerenciamento, às aquisições, ao gerenciamento financeiro e às auditorias, às avaliações e as atividades de fechamento do Projeto. Este componente apoiará também oficinas, conferências, e os eventos especiais desenvolvidos no âmbito do Projeto e coordenará a publicação e a disseminação das informações geradas por atividades do Projeto.

A coordenação das atividades e do escopo do Projeto com outras iniciativas nacionais e internacionais é também uma atribuição que recai sob este componente. Será executado em três sub-componentes: i) Coordenação, monitoramento e avaliação do Projeto; ii) Estratégias de disseminação e de comunicação; e iii) Administração financeira no setor Público.



Embrapa



Instituto Chico Mendes de
Conservação da Biodiversidade



The World Bank



CAIXA



Ministério da
Agricultura, Pecuária
e Abastecimento

Ministério da
Ciência e Tecnologia

Ministério
da Saúde

Ministério
do Meio Ambiente

